



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

22 a 26/10/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

TRF2
Fls 86

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	13
5. GESTÃO DE METAS.....	14
5.1. Metas internas	14
5.2. Classificação de desempenho	14
5.3. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017	15
5.3.1. Comparativo com as outras as outras Varas Cíveis com a mesma especialização (Concorrência e Comércio Internacional)	15
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	19
6.1. Produção e classificação de sentenças	19
6.2. Acervo concluso	20
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)	20
6.4. Audiências	23
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	24
7.1. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais da mesma competência.....	26
7.1.1. Acervo total.....	26
7.1.2. Acervo ativo.....	26
7.1.3. Acervo suspenso.....	27
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	28
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	28
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado	28
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	28
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	29
9.1. Balcão de entrada	29
9.2. Processos em segredo de justiça	29
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR).....	30
9.4. Documentos pendentes de juntada.....	32



9.5.	Remessa externa	33
10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	34
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	36
12.	RPVs e PRECATÓRIOS	40
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	41
14.	LIVROS E PASTAS	43
15.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	45
16.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	52
16.1.	CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA.....	52
16.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	52
16.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização .	52
17.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	53
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	54
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	55
20.	ENCERRAMENTO	56



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (16VF-RJ), de 22 a 26/10/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/00338 e) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/00343), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/00322) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/00317), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (2017/7747 e 2018/00346) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/00344), a Advocacia Geral da União – AGU (2017/7744 e 2018/00341) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (2017/7752 e 2018/00335).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos dos sistemas de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO e e-Proc) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA, titular da unidade correicionada, pela representante da OAB, Dra. ALESSANDRA LAMHA CARNEIRO, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatada nos mapas estatísticos a existência de 3.574 processos, sendo 1.145 físicos e 2.429 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (16VF-RJ)

Data de instalação: 14/03/1984

Endereço: Av. Rio Branco, nº 243, anexo II, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro

Juíza Titular: Dr. WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA, desde 15/06/2001.

Juiz Federal Substituto: Vago

Diretora de Secretaria: Dra. ZILMA SIQUEIRA INCERTI DA COSTA.

Competências: Cível Residual, e para julgar feitos que envolvam matéria de concorrência e comércio internacional.

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores
Julho/16	5	7	1	1	14
Out/18	5	6	1	1	13

São doze servidores na área jurídica e um servidor técnico de segurança. O servidor Eduardo Barbuto foi, de forma graciosa, para o Centro Cultural da Justiça Federal, em outubro/2017. Também houve uma permuta entre uma servidora que foi para a Administração e o servidor Diogo Pires. Não há muita rotatividade.

3.1. Servidores em teletrabalho

Há duas servidoras em teletrabalho, respeitando o limite máximo de 30% dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação (art. 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00013). Os gestores encaminham à Secretaria Geral da Seção Judiciária relatório trimestral de acompanhamento de desempenho dos servidores estabelecido no Anexo II da aludida resolução, os últimos remetidos em 10/07/2018 e 14/08/2018, consoante indicados a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



MEMORANDO Nº JFRJ-MEM-2018/06386

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2018.

De: 16ª VARA FEDERAL
Para: SECRETARIA GERAL
Assunto: Relato de Atividades

Senhora Diretora,

Em atenção ao estabelecido pela Portaria nº JFRJ-PGD-2014/00005, encaminho à Vossa Senhoria o relatório trimestral de avaliação da servidora Tatiana Christmann Ferreira, matrícula 14.249, no período compreendido entre 1º de março de 2018 a 31 de maio de 2018.

Informo que, observada a meta base por mim fixada (15 minutos de sentenças, sendo 5 incluídas em meta 2 ou com conclusão para sentença até 2015 e demais decisões de impugnação/sentenças fora da meta, considerados 22 dias úteis de trabalho), determinei à servidora o cumprimento das seguintes metas mensais:

- 1º a 31 de março de 2018 - Meta proporcional de 13 minutos, considerados 19 dias úteis de trabalho (feriado dias 28, 29 e 30). Produtividade da servidora: cumprimento da meta ajustada, com 6 minutos de sentença de meta 2 ou com conclusão para sentença até 2015, 5 minutos de impugnação e 3 minutos em Embargos de Declaração, em virtude da complexidade dos temas enfrentados e da internação do pai da servidora em decorrência de um AVC, vindo a falecer no início de abril.

- 1º a 30 de abril - Meta proporcional de 10 minutos, considerados 14 dias úteis de trabalho (Licença do dia 1º ao dia 06, feriado dia 23 e ponto facultativo dia 30). Produtividade da servidora: cumprimento da meta ajustada, com 5 minutos de sentença de meta 2 ou conclusão para sentença até 2015 e 11 minutos de Embargos de Declaração, em virtude da complexidade dos temas enfrentados.

- 1º a 31 de maio de 2018 - Meta proporcional de 9 minutos, considerados 13 dias úteis de trabalho (Feriado dias 1º e 31 e férias do dia 07 ao dia 16). Produtividade da servidora: Cumprimento da Meta, com 3 minutos de sentenças de meta 2 ou conclusão para sentença até 2015 e 6 minutos de impugnações/sentenças fora da meta.



Assinado digitalmente por WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA.
Documento Nº: 2208487-9339 - consulta à autenticidade em [https://siga/trf2.jus.br/sigaex/autenticar.action](https://siga.trf2.jus.br/sigaex/autenticar.action)

Classif. documental | 00.05.00.02



JFRJ-MEM-2018-06386



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**

Anexo II – Portaria nº JFES-POR-2018/00033
RELATÓRIO TRIMESTRAL

Unidade da lotação: <u>16ª VF</u>				Gestor da Unidade:			
Nome do servidor(a): <u>Tatiana C. Pereira</u>				Matrícula do(a) servidor(a) em teletrabalho: <u>14.249</u>			

Mês	DESEMPENHO ESPERADO		1ª Meta		2ª Meta		3ª Meta	
	Atividade	Resultado	Cumprido Meta (sim/não)	Cumprido prazo (sim/não)	Cumprido Meta (sim/não)	Cumprido prazo (sim/não)	Cumprido Meta (sim/não)	Cumprido prazo (sim/não)
MAI			SIM	SIM				
JUN					SIM	SIM		
JUL							SIM	SIM

Justificativas para o não cumprimento:

1ª Meta: _____
2ª Meta: _____
3ª Meta: _____

Observações: _____

De acordo com o inciso IV do art. 4º da Resolução Nº TRF2-RSP-2014/00013, avalio que o servidor:

está apto a continuar no regime de teletrabalho.
 não está apto a continuar no regime de teletrabalho.

Rio de Janeiro em 10 de julho de 2018
Gestor da Unidade

Assinado digitalmente por CRISTIANE CONDE CHATALIK
Documento Nº 2144437.29571615-3227 - consulte a autenticidade em <https://paga.br/jus.br/signais/autenticar.action>

Documento No: 2340768-4-0-85-56-768390 - consulta à autenticidade do documento através do site <http://portal.trf2.jus.br/autenticidade>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO



MEMORANDO Nº JFRJ-MEM-2018/07761

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018.

De: 16ª VARA FEDERAL
Para: SECRETARIA GERAL
Assunto: Relato de Atividades

Senhora Diretora,

Em atenção ao estabelecido pela Portaria nº JFRJ-PGD-2014/00005, encaminho à Vossa Senhoria o relatório trimestral de avaliação da servidora Soraya Rocha Trés, matrícula 13.273, no período compreendido entre 1º de maio e 31 de julho de 2018. O desempenho foi compatível com o tempo de trabalho necessário para elaboração das minutas de sentenças e de decisões de embargos de declaração que determinei fossem redigidas pela servidora nos referidos meses:

- 1º a 31 de maio de 2018 (feriado nos dias 1º e 31): 10 minutas de sentenças, 5 minutas de decisões de embargos de declaração e 2 minutas de conversão em diligência.

- 1º a 30 de junho de 2018 (férias da servidora no período de 4 a 15): 6 minutas de sentenças e 1 decisão de embargos de declaração;

- 1º a 31 de julho de 2018: 6 minutas de sentenças, 2 minutas de decisões de embargos de declaração e 1 minuta de conversão em diligência. Durante o período, a servidora elaborou, ainda, minuta parcial da sentença relativa ao Processo nº 0005598-67.2017.4.02.5101, que somente foi concluída no mês de agosto.

Atenciosamente,

WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA
JUIZ FEDERAL





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Anexo II – Portaria nº JFRJ-PGD-2014/00005 de 1 de agosto de 2014
RELATORIO TRIMESTRAL

Unidade de lotação: 46ª Vara Federal (Gabinete) Gestor da Unidade: Wlney Magno de A. Silva
 Nome do servidor(a): Sotaya Rocha Trés Matrícula: 12.273

Sem	O QUE SE ESPERA		1º Mes		2º Mes		3º Mes	
	Metas	Prazo	Cumpr. Meta (sim/não)	Cumpr. prazo (sim/não)	Cumpr. Meta (sim/não)	Cumpr. prazo (sim/não)	Cumpr. Meta (sim/não)	Cumpr. prazo (sim/não)
1	<u>Atendimento</u>	<u>mensal</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>	<u>Sim</u>
2								
3								
4								

Justificativas para o não cumprimento:
 1º Mes: _____
 2º Mes: _____
 3º Mes: _____

Observações: _____

Nos termos do inciso IV do art. 4º da Resolução Nº TRF2-RSP-2014/00013, avalio que o servidor
 está apto a continuar no regime de teletrabalho.
 não está apto a continuar no regime de teletrabalho.

Rio RJ 14 de agosto de 2018

Gestor da Unidade



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora ZILMA SIQUEIRA INCERTI DA COSTA, nomeada pela Egrêgia Presidência do TRF2; pelos Supervisores SALATIEL MAC DONALD CALDAS e PATRÍCIA KOCH SAVI MONDO, e pela Oficiala de Gabinete RACHEL PEREIRA MACHADO, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 21 a 25/05/2018, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

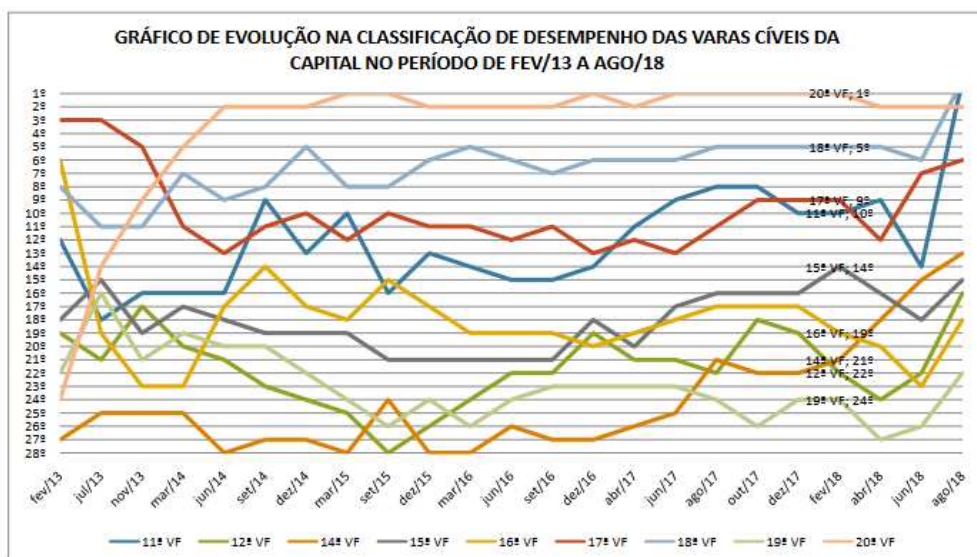
A unidade possui metas individuais para cada servidor, visando principalmente a redução do acervo. Objetiva-se que, atingidas as metas individuais, seja alcançada boa produtividade na Vara Federal.

Para medir a produtividade contabiliza-se mensalmente pontos alcançados por cada servidor, conforme escala de pontuação previamente atribuída às tarefas individuais, ponderando-se o nível de complexidade e o grau de responsabilidade envolvido. Por exemplo: minuta de sentença, antecipação de tutela, liminares e decisão de impugnação: 6 pontos; declínio e decisões mais complexas: 3 pontos.

A Diretora monitora o resultado mensalmente por meio de uma planilha.

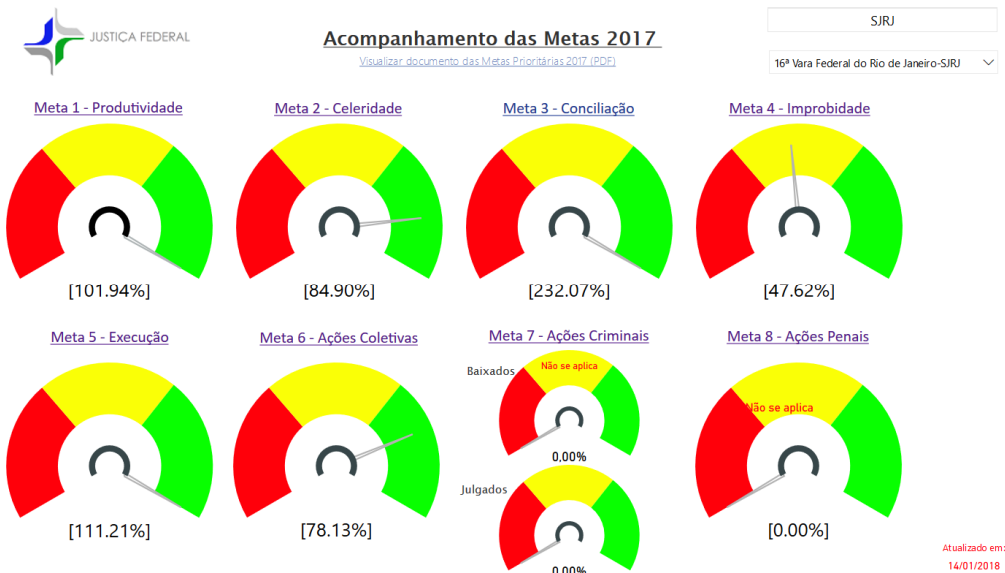
5.2. Classificação de desempenho

Varas Cíveis - SJRJ (11ª VF a 20ª VF)





5.3. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017



5.3.1. Comparativo com as outras as outras Varas Cíveis com a mesma especialização (Concorrência e Comércio Internacional)

META Nº 1 (Julgar mais que distribuídos)

VARA	ATINGIMENTO (%)	
	2017	2018 (até 08/11/18)
16ªVF-RJ	101,94	104,38
29ªVF-RJ	87,99	123,09

META Nº 2 (Julgamento de processos antigos)

VARA	ATINGIMENTO (%)	
	2017	2018 (até 08/11/18)



16ªVF-RJ	84,90	86,78
29ªVF-RJ	99,16	99,20

META Nº 3 (Conciliação)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 08/11/18)
16ªVF-RJ	232,07	184,43
29ªVF-RJ	82,12	551,88

META Nº 4 (Improbidade)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 08/11/18)
16ªVF-RJ	47,62	142,86
29ªVF-RJ	142,86	142,86

META Nº 5 – (Execução)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 08/11/18)
16ªVF-RJ	111,21	82,86
29ªVF-RJ	113,60	99,77

**Meta nº 6 – (Ações Coletivas)**

VARA	ATINGIMENTO (%)	
	2017	2018 (até 08/11/18)
16ªVF-RJ	78,13	76,92
29ªVF-RJ	125,00	125,00

A unidade cumpriu integralmente as Metas nº 1, 3 e 5 do CNJ/2017. Entretanto, nas Metas nº 2, 4 e 6 CNJ/2017 os resultados foram inferiores.

Quanto à Meta CNJ nº 4/2017, a Resolução nº TRF2-RSP-2018/00019, de 06/04/2018, determinou a redistribuição dos feitos de Improbidade Administrativa para as 8ª, 11ª e 18ªVF-RJ, varas especializadas na matéria.

Por amostragem, foram inspecionados os processos a seguir, entre os 153 processos-alvo da Meta nº 2 CNJ/2017 pendentes de julgamento.

Amostra de processos analisados:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0020077-08.1993.4.02.5101	Ordinária/Outras	Dívida Pública / Cobrança	não	O processo ficou concluso de 07/08/2014 até 29/05/2018, quando proferida a sentença. O último movimento foi a remessa para a Central de Digitalização.	15/06/18
0063166-81.1993.4.02.5101	Ordinária/Outras	Responsabilidade Civil	não	Conclusão para sentença.	07/08/14
0057783-15.1999.4.02.5101	ACP/Imp. Adm.	Servidor Público	sim	Foi redistribuído para a 11ªVF-RJ, unidade especializada em Imp. Adm.	03/08/18
0004075-79.2001.4.02.5101	Ordinária/Tributária	Contribuições Previdenciárias	sim	Remessa para a Central de Digitalização.	15/06/18
0040068-03.2012.4.02.5101	Ordinária/Outras	Atos e Proc. Adm.; Concessionária; Serviço Público.	não	Concluso para sentença.	13/07/15



* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

TRF2
Fls 102

**6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO****6.1. Produção e classificação de sentenças**

A unidade correccionada produziu 885 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2017 a 30/09/2018), com média de 160,83 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	325
B1	Homologatória de acordo	20
B2	Repetitiva (padronizada)	287
C	Sem resolução do mérito	253
D1	Penal condenatória	-
D2	Penal absolutória	-
D3	Rejeição de queixa	-
D4	Rejeição de denúncia	-
E1	Extintiva de punibilidade	-
E2	Suspensão condicional da pena	-

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/10/2018.

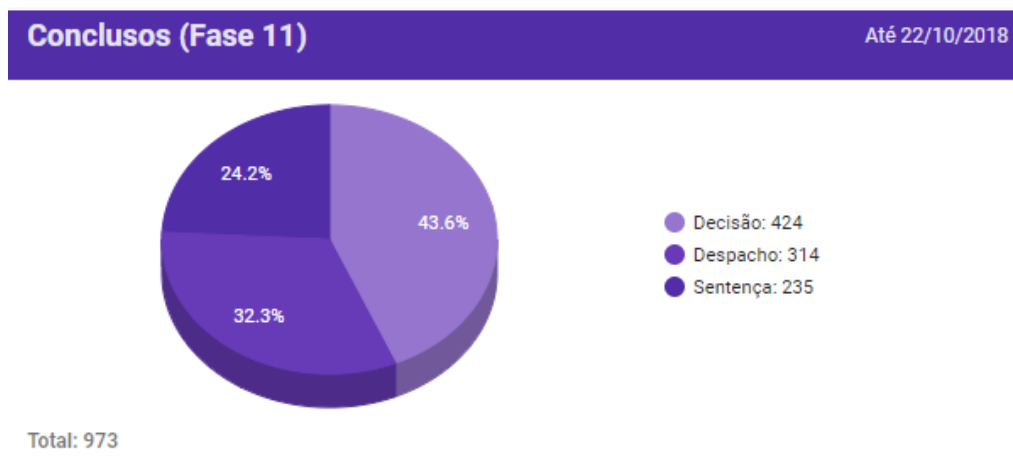
Incumbe exclusivamente aos juízes federais da 2ª Região a classificação dos tipos de sentenças em conformidade com os critérios estabelecidos em norma própria dos Conselhos de Justiça (Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO C
00111981620104025101	00077453319984.02.5101	00212573420084025101	01306239020174025101
00113750420154025101	00052791720084.02.5101	00221834420104025101	00692112720184025101
00502888920144025101	00040571920054.02.5101	00197919720114025101	01198611520174025101
00166409420094025101	00048207320124.02.5101	00178872320034.02.5101	01609017420174025101
00171217620174025101	000597458.2014.4.02.5101	001567572.2016.4.02.5101	016090174.2017.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2018.

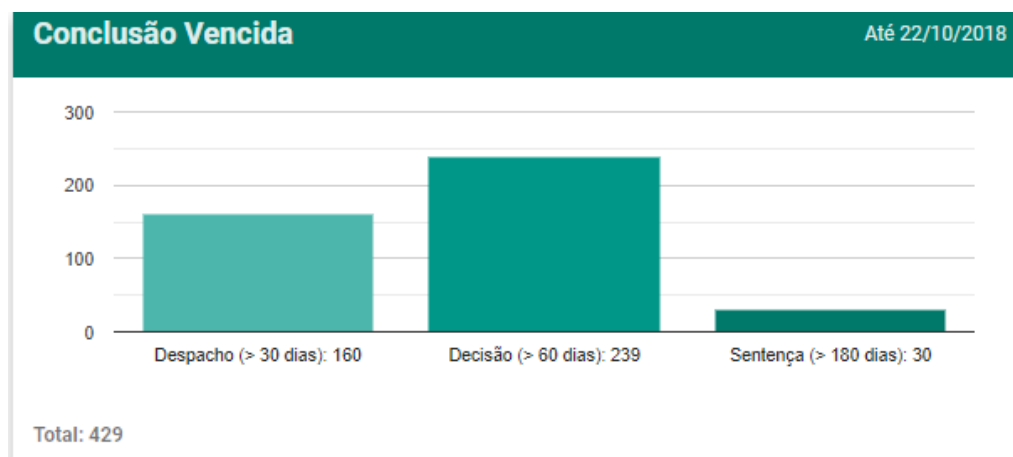


6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 22/10/2018.

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/10/2018

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, mais tempo conclusos para sentença, decisão e despacho, além dos prazos do 227, CNCR antiga.^{2 e 3}

Conclusos para sentença

² Art. 333. Até a migração para o sistema e-Proc, aos processos em tramitação pelo sistema processual eletrônico Apolo aplicar-se-ão as disposições da Consolidação de Normas anterior (Provimento 11, de 4 de abril de 2011).

³ Os demais processos indicados estão dentro do prazo, visto ser a contagem do Painel em dias corridos.



Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0008751-26.2008.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Restabelecimento de equilíbrio-econômico de contrato de conservação e limpeza dos prédios do Ministério da Fazenda do RJ e ES.	1221	07/08/14	860
0040068-03.2012.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Nulidade de multa administrativa - ANATEL	5552	13/07/15	677
0007127-97.2012.4.02.5101	CAUTELAR INOMINADA	Nulidade de multa administrativa - ANATEL	998	22/06/15	677
0010339-68.2008.4.02.5101	ORDINÁRIA/ TRIBUTÁRIA	Ação anulatória de débito fiscal.	1456	07/06/16	514
0006104-48.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Anulação de multa administrativa – ANATEL	970	14/11/16	418
0005206-35.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Deslocamento da plataforma P-27 para o canteiro de São Roque.	362	14/12/16	398
0003134-75.2014.4.02.5101	CAUTELAR INOMINADA	Deslocamento da plataforma P-27 para o canteiro de São Roque	1778	14/12/16	398
0078722-54.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/ SERVIDORES PÚBLICOS	Licença para acompanhar cônjuge	386	13/02/17	379

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0159281-32.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Anulação de multa administrativa - ANTT	841	15/05/17	323
0014568-37.2009.4.02.5101	ORDINÁRIA/ TRIBUTÁRIA	Suspensão da exigibilidade da CIDE combustíveis.	181	15/05/17	323
0140705-25.2013.4.02.5101	ORDINÁRIA/ SERVIDORES PÚBLICOS	Atualização de pensão por morte.	224	15/05/17	232
0023537-02.2013.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Suspensão de inscrição no CADIN	1310	15/05/17	323
0040916-82.2015.4.02.5101	EMBARGOS DE TERCEIRO	Suspensão de mandado de reintegração de posse.	133	15/05/17	323
0126846-05.2014.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Reajuste 3,17% SINTUFRJ	145	16/05/17	322



0506188-55.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Reajuste 3,17% SINTUF RJ	113	17/05/17	321
0142328-22.2016.4.02.5101	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Compensação tributária	251	21/06/17	300

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0166571-30.2016.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Anulação de multa administrativa - ANTT	60	16/05/17	322
0016617-17.2010.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Pagamento de adicional noturno e horas extras.	174	22/08/17	259
0148417-95.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cheque Azul Empresarial - Caixa	97	11/07/17	259
0061473-56.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Suspensão de inscrição no CADIN	1310	22/08/17	259
0014651-48.2012.4.02.5101	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Restituição de valores pagos a título de contribuição previdenciária incidentes sobre sentença trabalhista.	316	15/05/17	259
0211048-07.2017.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença coletiva – Expurgos FGTS	224	26/01/17	249
0153719-42.2014.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Tratamento médico	207	19/03/18	177
0047580-37.2012.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Pensão por morte	309	20/04/17	145

O E-PROC indica não haver processos conclusos para sentença, e haver 1 processo concluso para despacho por período acima do previsto no art. 57, CNCR.



Crêterios de pesquisa utilizados:

- Situação: MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
- Processos sem movimentação há 180 dias

Nenhum registro encontrado.

The screenshot shows the 'Relatório Geral de Processos' interface. At the top, it states 'Nenhum registro encontrado.' Below this, there are search filters: 'Situação: MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO' and 'Processos sem movimentação há 90 dias'. There is a section for 'Gerenciar Localizadores' with a list of 'Localizadores ATUAIS' and buttons for 'Marcar todos' and 'Desmarcar todos'. A warning message states: 'ATENÇÃO: Os localizadores ATUAIS marcados serão excluídos e os processos serão incluídos no "Novo Localizador" indicado.' At the bottom, there is a table with columns: Processo, Autuação, Situação, Sigilo, Classe, Localizador, Último Evento, Data/Hora, Autor, and Réu. The table contains one row of data.

Processo	Autuação	Situação	Sigilo	Classe	Localizador	Último Evento	Data/Hora	Autor	Réu
501356B-96.2018.4.02.5101	23/07/2018 19:23:29	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	*TRF/AJRAVIO INTERPOSTO (Pmex) -	Autos com Juiz para Despacho/Decisão	30/08/2018 19:50:43	TERNIUM BRASIL LTD.A	Delegado da Delegacia Especial de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC - UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - Rio de Janeiro

Sugere-se: priorizar a prolação de: (i) sentença em 30 Ações conclusas há mais de 180 dias úteis (art. 227, I, CNCR/2011); (ii) decisões em 239 feitos conclusos há mais de 60 dias úteis (art. 227, II, CNCR/2011); e (iii) despachos em 160 processos tramitando no sistema APOLO conclusos há mais de 30 dias úteis (art. 227, III, CNCR/2011).

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2017 até 30/09/2018) foram designadas aproximadamente 45 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

Evolução do acervo no sistema APOLO

Dados referentes ao dia: 08/11/2018

Current report

Mês : Outubro Vara : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Measures Situacao Processo

Ano	Processos			
	Trâmite	Suspensão	Recurso TRF-2	Total
2014	2946	1157	1002	5105
2015	2479	1287	1049	4815
2016	2476	1289	955	4720
2017	2424	1231	936	4591
2018	2294	1285	832	4411
Total	12619	6249	4774	23642

Evolução do acervo no sistema EPROC

Dados referentes ao dia: 08/11/2018

Current report

Vara : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Ano Mês

Measures	Situacão Processo	Fato Acervo	2018					Total
			Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	
		Recurso TRF-2				1	5	6
		Suspensão			2	13	13	28
		Trâmite	9	61	148	198	252	668
		Total	9	61	150	212	270	702

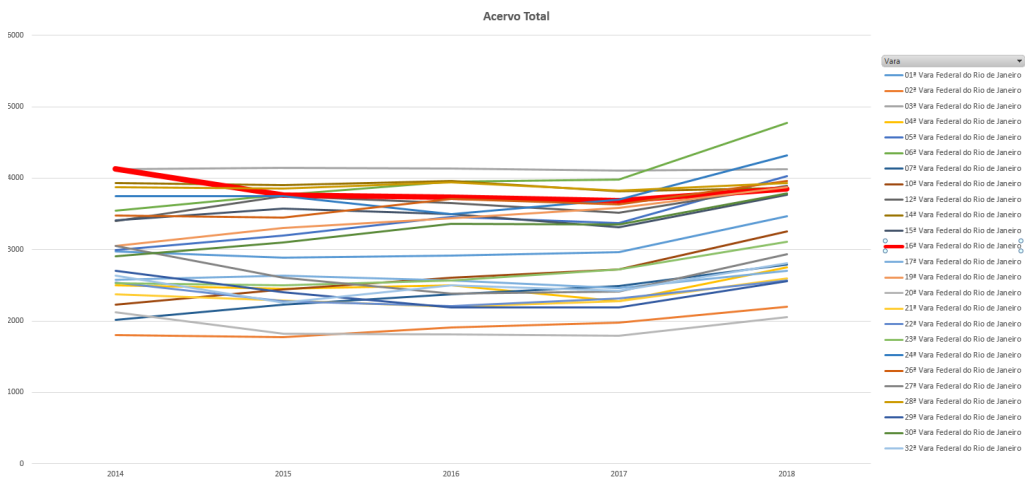


	Correição Jun/2014	Correição Jul/2016	Correição Out/2018
Total	5.212	2.472	270 (eproc) + 4.411 (apolo) = 4.681
Suspensos	994	1.275	13 (eproc) + 1.285 (apolo) = 1.298
Remetidos para julgar recurso	1.072	1.009	5 (eproc) + 832 (apolo) = 835
Tramitação ajustada	3.146	2.472	252 (eproc) + 2.294 (apolo) = 2.546



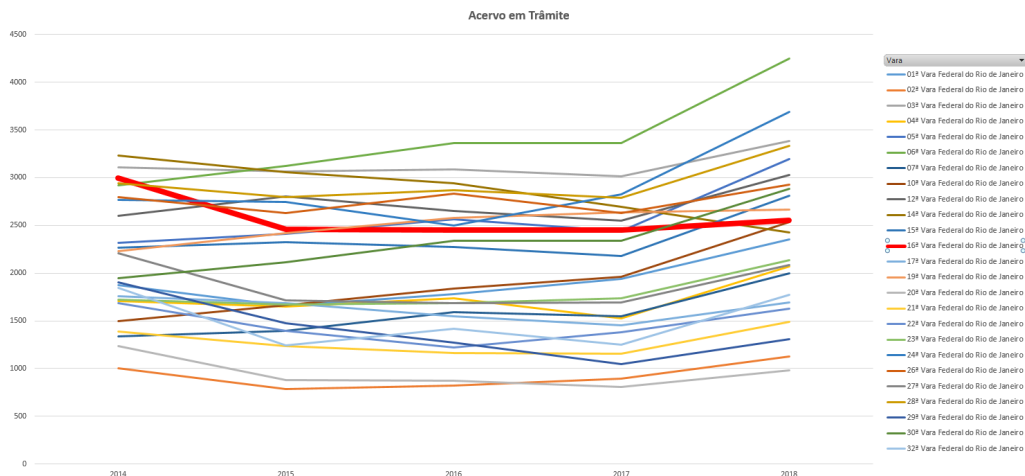
7.1. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais da mesma competência

7.1.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 06/11/2018

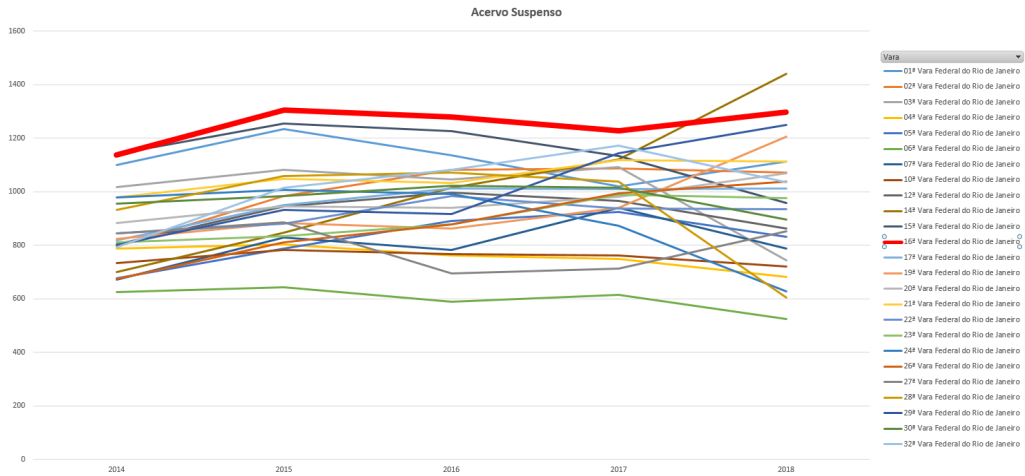
7.1.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 06/11/2018



7.1.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 06/11/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os feitos prioritários são os de idosos, Mandados de segurança, Ações Cíveis Públicas, saúde e processos com liminares. Possuem os identificadores da distribuição. Cada servidor é responsável por receber as iniciais dos processos das suas classes.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

Cada servidor processante da Secretaria abre a conclusão e faz as minutas de sentença. Quando entende ser mais complexo, o servidor processante abre conclusão e remete para o Gabinete. Quando há dúvida, o servidor despacha com o magistrado.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Há uma mesa virtual no *APOLO* com todos os prazos da unidade, que inclui os processos aguardando recurso. O controle é pelo termo final do prazo e não pela fase processual. O servidor responsável pelos prazos da unidade é o que certifica o trânsito em julgado. Semanalmente os processos são remetidos ao TRF – 2ª Região. Quando transita em julgado, faz-se o movimento da fase de execução (movimento 18) no *APOLO* e intima-se as partes para ciência e requererem o início da execução, cujo processamento é de responsabilidade do Supervisor.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

No dia 25/10/2018, às 17 horas, existia 1 petição aguardando movimentação cartorária, com entrada no mesmo dia.

9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	16/10/2018
Tipo de Segredo	
Absoluto	0
Sistema	28
Documento	0
Total Geral	28

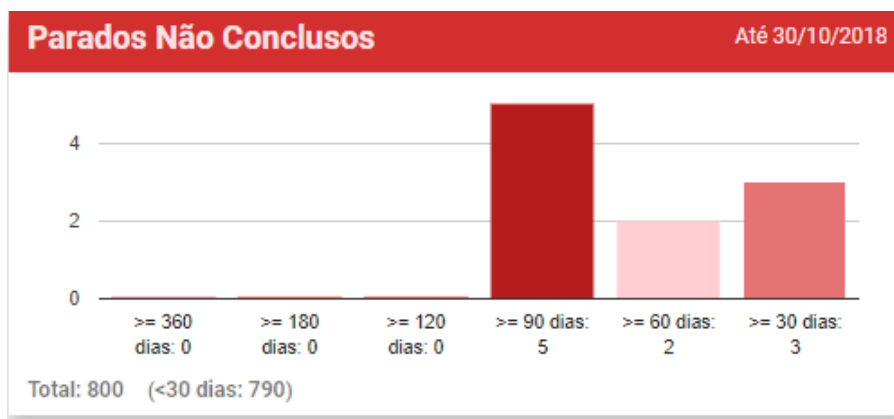
Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2018



Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
0009394-86.2005.4.02.5101	ORDINÁRIA/ IMÓVEIS	Sistema	24	Regular
0013302-78.2010.4.02.5101	ORDINÁRIA/ SERVIDORES PÚBLICOS	Sistema	39	Regular
0043177-25.2012.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Sistema	396	Regular
0033362-67.2013.4.02.5101	EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA	Sistema	202	Regular
0009819-30.2016.4.02.5101	EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA	Sistema	107	Regular

Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 30/10/2018



Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0029167-88.2003.4.02.5101	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	sim	Remessa para digitalização	95	14/06/18
0010480-92.2005.4.02.5101	ORDINÁRIA/ TRIBUTÁRIA	sim	Remessa para digitalização	94	15/06/18
0021332-20.2001.4.02.5101	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/ TRIBUTÁRIO	sim	Remessa para digitalização	94	15/06/18
0009282-78.2009.4.02.5101	ORDINÁRIA/ TRIBUTÁRIA	sim	Remessa para digitalização	92	19/06/18
0415111-92.1900.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	sim	Remessa para digitalização	92	19/06/18
0072530-38.1997.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	sim	Remessa para digitalização	76	12/07/18
0017389-48.2008.4.02.5101	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	não	Remessa para o autor por motivo de vista	66	26/07/18
0003940-71.2018.4.02.5101	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	sim	Remessa para Caixa	52	15/08/18
0016336-61.2010.4.02.5101	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	sim	Remessa para PFN	32	13/09/18
0079024-78.2018.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	sim	Remessa para AGU	30	17/09/18

Preferências

Preferência: [Listar Todos](#) [Salvar Nova Preferência](#)

Selecione os critérios de busca desejados

Processos sem movimentação nos últimos: dias Considerar apenas processos em tramitação
 NÃO considerar processos aguardando digitalização
 Não exibir processos com prazo em aberto

Localizador: Juízo:

Competência: Período atuação (data inicial a final): a

Classe da ação: [Listar Todos](#)



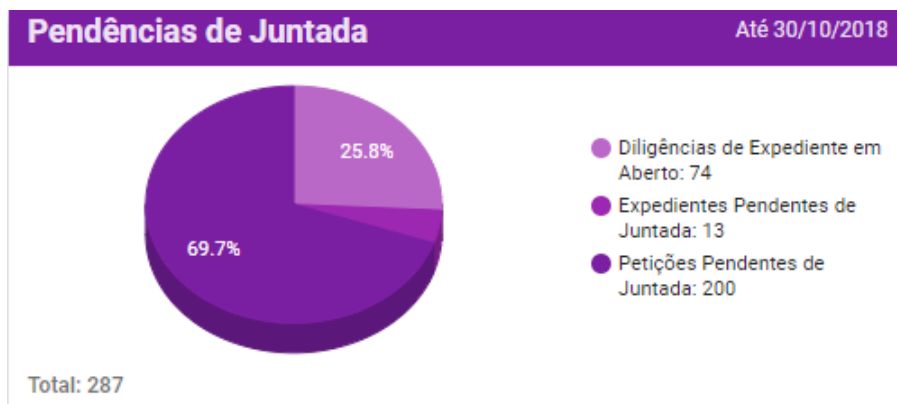
Abra os processos selecionados em abas/janelas

Lista de Processos (39 registros)

<input checked="" type="checkbox"/>	Número processo	Juízo	Sigilo	Classe	Localizador	Situação do processo	Último evento	Data/Hora evento
<input type="checkbox"/>	5016201-80.2018.4.02.5101	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	CI PEND - Mesa Dr. Wilney	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - GUIAS DE RECOLHIMENTO / DEPOSITO / CUSTAS	20/08/2018 17:46:14
<input type="checkbox"/>	5012075-84.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	Mesa Lutz	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - PETIÇÃO	21/08/2018 16:51:47
<input type="checkbox"/>	5010635-53.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Mesa Lutz	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - PETIÇÃO	24/08/2018 15:50:46
<input type="checkbox"/>	5012424-87.2018.4.02.5101	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	TRF-AGRAVO INTERPOSTO - Mesa Lutz	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - PETIÇÃO	28/08/2018 16:07:02
<input type="checkbox"/>	5005314-37.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	PROCEDIMENTO COMUM	TRF/TR-DECISÃO - TRF-AGRAVO INTERPOSTO	MOVIMENTO	Decurso de Prazo -	29/08/2018 01:02:29
<input type="checkbox"/>	5013568-95.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	TRF-AGRAVO INTERPOSTO	MOVIMENTO-AGUARDAR DESPACHO	Autos com Juiz para Despacho/Decisão -	30/08/2018 15:50:43
<input type="checkbox"/>	5020177-95.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	MONITÓRIA	Seman - Ag Mandado	MOVIMENTO	Decurso de Prazo -	01/09/2018 01:05:58
<input type="checkbox"/>	5016788-05.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	CARTA PRECATÓRIA	Mesa Lutz	MOVIMENTO	Juntada de mandado não cumprido -	03/09/2018 12:55:40
<input type="checkbox"/>	5013855-89.2018.4.02.5101	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	PROCEDIMENTO COMUM	SUSPENSOS	SUSP/SOBR-Aguarda dec.Inst.Sup	Suspensão/Sobrestamento - Aguarda Decisão RESP Repetitivo (STJ) e REXT com Repercussão Geral (STF) -	04/09/2018 11:28:19
<input type="checkbox"/>	5011921-65.2018.4.02.5101	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	TRF-REMETIDOS	MOVIMENTO-REMETIDO AO TRF	Remessa Externa -	04/09/2018 11:37:15
<input type="checkbox"/>	5014295-92.2018.4.02.5101	RJRIO16S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	Mesa Lutz	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - PARECER	04/09/2018 16:44:09
<input type="checkbox"/>	5017312-02.2018.4.02.5101	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	PROCEDIMENTO COMUM	Mesa Lutz	MOVIMENTO-AGUARDAR DESPACHO	Autos com Juiz para Despacho/Decisão -	05/09/2018 11:49:45
<input type="checkbox"/>	5015359-	RJRIO16F	Sem Sigilo (Nível 0)	PROCEDIMENTO COMUM	Mesa Lutz	MOVIMENTO	PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA - EMBARGOS DE	05/09/2018 18:26:26

Sugere-se regularizar o andamento processual dos 10 processos em trâmite no sistema APOLO aguardando movimentação cartorária há mais de 30 dias úteis (art. 228, CNCR/2011), 5 (cinco) deles paralisados entre 90 e 120 dias úteis; e de 39 processos tramitando no sistema EPROC sem movimentação cartorária há mais de 30 dias úteis (art. 57, I, "c", da CNCR/2018).

9.4. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 30/10/2018

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
20/06/18	2018.0016.000290-0	0009376-27.1989.4.02.5101	-	132	16ª VF-RJ
03/08/18	2018.0016.000366-4	003342379.2000.4.02.5101	-	88	16ª VF-RJ
03/08/18	2018.7152.020693-7	002228268.1997.4.02.5101	-	88	16ª VF-RJ
06/09/18	2018.7152.020693-7	000095433.2007.4.02.5101	-	54	16ª VF-RJ



30/09/18	2018.7251.000920-0	000434340.2018.4.02.5101	-	30	16ª VF-RJ
----------	--------------------	--------------------------	---	----	-----------

Sugere-se: regularizar 200 petições pendentes de juntada relatadas pelo Painel de Indicadores da Corregedoria, adotando-se as providências previstas no art. 184 da CNCR/2011 c/c art. 333 da CNCR/2018 (item 9.4).

9.5. Remessa externa

Constam 03 processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:

Dados referentes ao dia: 29/10/2018

Relatório atual

Ano : 2018 Mês : Julho Vara : 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro Localização Atual : Externo

Measures Data Último Movimento

		Processos					
		2009	2016	2017			Total
				Abril	Mai	Agosto	
Físico	Trâmite	Remessa, Carga					1
							1
						1	1
	Suspensão	Remessa, Carga					1
							1
Total			1	1	1	1	5

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
0013152-83.1999.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	AGU	21/01/16	Processo remetido por motivo de acompanhar processo apensado com carga. Sem contagem de prazos.
0768057-65.1900.4.02.5101	AÇÕES DIVERSAS A CLASSIFICAR (DESATIVADA)	Perito	19/04/17	Processo remetido por motivo de acompanhar processo apensado com carga. Sem contagem de prazos.
0016401-37.2002.4.02.5101	ORDINÁRIA/OUTRAS	Correios	31/05/17	Processo devolvido em 18/10/18.
0001875-26.2006.4.02.5101	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Autor	29/10/18	Processo devolvido em 16/10/18.
0012055-33.2008.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	STF	3/9/09	Processo remetido para processar e julgar recurso.

Sugere-se exigir das partes e órgãos externos a restituição dos autos fora da Secretaria além dos prazos legais.



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	21	9	30
Ação Civil Pública / Improbidade Administrativa	0	0	0
Outras ações / Improbidade Administrativa	0	0	0
Ações Populares	3	0	3
Mandados de Segurança Coletivas	5	0	5
Habeas Corpus	0	0	0
Processos criminais com réus presos	0	0	0

Processo	Classe	Objeto da ação	Data do último movimento	Último movimento	Mov. Regular em 12 meses
0008040-36.1999.4.02.5101	Ação Civil Pública	Apresentação de projeto de restauração e manutenção de imóvel tombado pelo patrimônio histórico.	27/09/2015	Intimação de decisão	Sim
0027226-93.2009.4.02.5101	Ação Civil Pública do Código de Defesa do Consumidor	Indenização de reparar os danos materiais e morais ligados às constantes interrupções do fornecimento de energia elétrica.	11/10/2018	Juntada	Não
0004867-47.2012.4.02.5101	Ação Civil Pública	Responsabilidade civil pelos vícios e irregularidades nas habitações e infraestrutura de empreendimento financiado com recursos do FGTS, concedidos pela CEF.	17/10/2018	Juntada	Não
0007559-19.2012.4.02.5101	Ação Civil Pública	Desocupação e demolição	27/09/2018	Conclusão para	Não



		de imóvel em área de preservação ambiental permanente. Recuperação de área degradada.		despacho	
0049594-91.2012.4.02.5101	Ação Civil Pública	Embargo em obra em terreno de marinha. Reparação de dano ambiental.	28/09/2018	Certidão	Não
0131865-26.2013.4.02.5101	Ação Civil Pública	Adoção de medidas que garantam o funcionamento do Hospital Clementino Fraga.	22/10/2018	Conclusão para despacho	Não
0032997-13.2013.4.02.5101	Ação Popular	Declaração de nulidade de decreto expropriatório.	11/10/2018	Certidão	Não
0199817-80.2017.4.02.5101	Ação Popular	Impedir reajustes tarifários propostos pela ANEEL.	10/10/2018	Juntada	Sim
0014966-08.2014.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo / Servidor Público	Assegurar o direito de férias dos períodos aquisitivos em que os servidores estiveram afastados para capacitação.	16/10/2018	Remessa, carga para o Réu	Não
0037626-25.2016.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo / Servidor Público	Reajuste de Auxílio-Moradia	22/10/2018	Intimação de sentença	Não

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Sugere-se criar rotinas para atender aos prazos de conclusão e movimentação cartorária estabelecidos nos arts. 227 e 228 da CNCR/2011 c/c art. 333 da CNCR/2018, mormente nas ações e situações sujeitas à verificação obrigatória durante as Correições e Inspeções Judiciais.

**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico. Os locais virtuais foram inspecionados em 24/10/2018, às 18h20min., conforme o quadro a seguir:

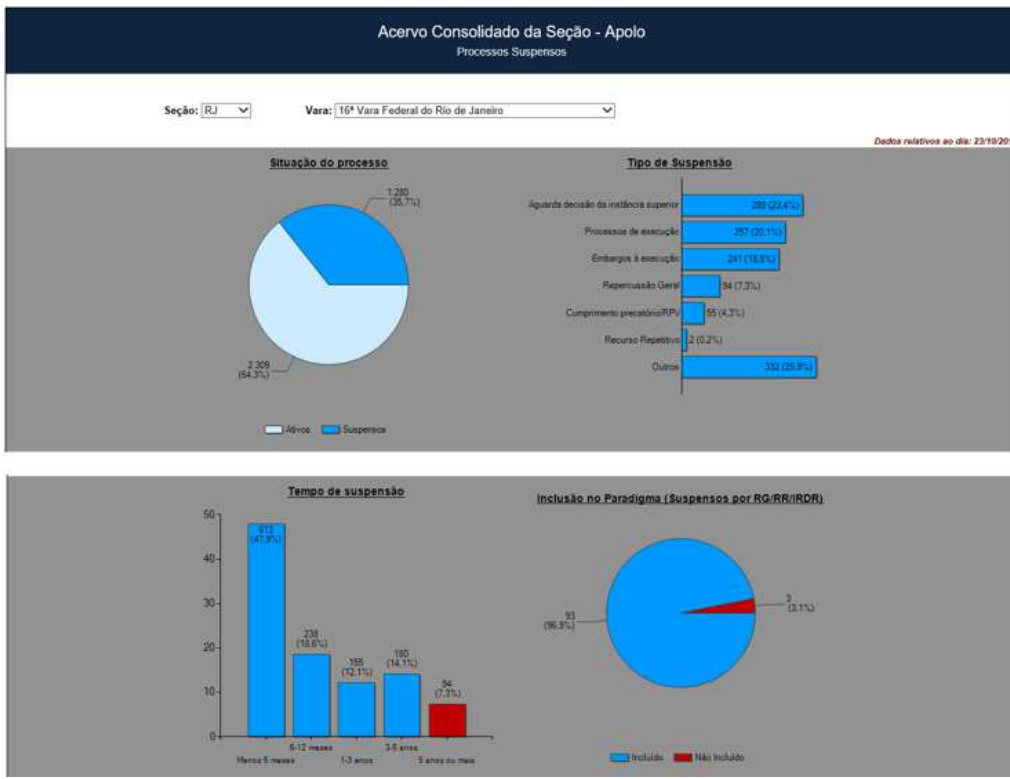
Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSO - Ag. Julg. de Agravo	61
SUSPENSO- AGUARDANDO JULGAMENTO - STJ/STF	68
SUSPENSO - Aguardando julgamento de EMBARGOS	29
SUSPENSO - Diversos	244
SUSPENSO - CONFLITO DE COMPETÊNCIA	3

De acordo com informações prestadas pela Diretora de Secretaria e por um dos supervisores, o controle dos prazos de suspensão é realizado da seguinte forma:

Processos Físicos - Há escaninhos de processos físicos para os feitos suspensos e o acompanhamento é feito pelo relatório de processos parados.

Processos Eletrônicos - Há mesas virtuais específicas no sistema APOLO, e quando o processo é suspenso com data determinada para o término da suspensão, é inserida a data final no motivo de suspensão.

Gráficos do acervo de processos suspensos da 16ª Vara Federal
APOLO:



E-PROC:

Dados referentes ao dia: 12/11/2018

Current report

Ano : 2018 | Mês : novembro | Magistrado : All

Situação Processo

		Suspensa	Total
Fato Acervo	16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	13	13
	Total	13	13



Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0010919-11.2002.4.02.5101	RE 791.292	Suspensão em decorrência do paradigma (Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais), desde 14/05/2014.
0000104-08.2009.4.02.5101	RE 591.797	Suspensão em decorrência do paradigma (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I). Processo suspenso desde 30/11/2017.
0080685-63.2016.4.02.5101	Resp 1.614.874	Suspensão em decorrência do paradigma (Discute-se a aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS). Processo suspenso desde 10/05/2018.
5013853-89.2018.4.02.5101	Resp 1.614.874	Processo do sistema EPROC. Suspensão em decorrência do paradigma (Discute-se a aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldos das contas do FGTS). Processo suspenso desde 04/09/2018.
0002807-09.2009.4.02.5101	RE 591.797	Suspensão em decorrência do paradigma (Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I). Processo suspenso a partir de 30/11/2017.
0018372-95.2018.4.02.5101	Resp 1.624.297	Suspensão em decorrência do paradigma (Possibilidade de inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, instituída pela MP n. 540/2011, convertida na Lei n. 12.546/2011). Processo suspenso desde 11/10/2018.

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0002685-06.2003.4.02.5101	Aguardando decisão de instância superior	20/06/06	Curso do feito suspenso até o julgamento da Ação Civil Pública nº 0010192-28.1997.4.02.5101 (suspensa a partir de 15/01/2016). A ação ordinária 0002685-06.2003.4.02.5101 está suspensa desde 20/06/2006.
0026041-45.1994.4.02.5101	Outras suspensões – processo de execução	12/12/03	Decisão de 31/10/2000, determinou expedição de mandado de penhora e avaliação. Processo suspenso de 31/01/2001 a 12/12/2001. Nova suspensão em 12/12/2003.
0020960-66.2004.4.02.5101	Aguardando julgamento de recurso	21/10/05	Processo suspenso a partir de 21/10/2005 aguardando decisão do agravo de instrumento interposto no TRF2.
5011488-62.2018.4.02.5101	Aguardando julgamento de embargos à execução.	08/11/18	Processo do sistema EPROC. Feito suspenso por 60 dias aguardando manifestação do exequente para fornecer informações necessárias ao deslinde da execução. Curso do feito suspenso a partir de 08/11/2018.



5019569-97.2018.4.02.5101	Suspensão por motivo de conflito de competência	18/09/18	Processo do sistema EPROC. Suscitado conflito negativo de competência a ser dirimido pelo TRF2. Feito suspenso a partir de 18/09/18.
5018695-15.2018.4.025101	Aguardando julgamento dos embargos à execução	05/11/18	Processo do sistema EPROC. Interposição de embargos à execução em 30/10/2018, curso da execução suspenso em 05/11/2018, aguardando o julgamento dos embargos.

TRF2
Fls 123

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

A unidade correccionada enviou 155 precatórios e 312 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2017 a 30/09/2018). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 4 precatórios e 51 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0156131-38.2017.4.02.5101	RPV	01/03/18	-	O processo está concluso para decisão desde 20/08/2018.
0027130-49.2007.4.02.5101	RPV	17/10/17	-	Remetido para a Central de Digitalização em 21/06/2018.
0017058-95.2010.4.02.5101	RPV	20/02/18	-	O processo está concluso para decisão desde 03/05/2018.
0116719-37.2016.4.02.5101	Precatório	07/03/18	-	O processo foi redistribuído da 18ªVF-RJ para 16ªVF-RJ em julho/2018. Antes, em 07/03/2018, foram cadastrados os Precatórios nºs 51.00018.2015.000051, 51.(...)56, RPVs nºs 51.(...)52, 51. (...) 53, 51. ... 54, 51. (...) 55, 51.(...)57, 51.(...)58, 51.(...)59, que não constam como enviados.
0008750-31.2014.4.02.5101	RPV	04/09/18	-	A última movimentação ocorreu em 09/11/2018 como "Remessa, Carga para Autor pot motivo de Manifestação".

Sugere-se priorizar a decisão nos processos 0156131-38.2017.4.02.5101 e 0017058-95.2010.4.02.5101, conclusos desde 20/08/2018 e 03/05/2018 respectivamente; e esclarecer motivo do não envio dos Precatórios e RPVs cadastrados no processo nº 0116719-37.2016.4.02.5101, em 07/03/2018.



13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

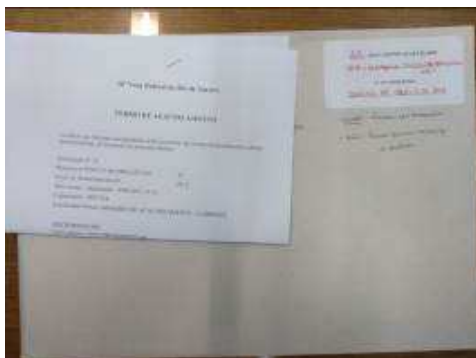
O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 180 e 181 da CNCR.

O cofre, localizado na Secretaria, estava vazio.



Os documentos e bens acautelados ficam guardados num armário localizado no Gabinete do Juiz Titular. O material é envelopado com o termo de acautelamento, e recebe, ainda, uma etiqueta com os números do processo e do acautelamento. Tudo fica guardado dentro de arquivos plásticos pela ordem numérica de acautelamento. Registre-se que a 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro possuía o livro de documentos e bens acautelados antes de se tornar obrigatório.





Constatou-se que não há valores em espécie, jóias, pedras e metais preciosos, armamentos, munições e outros apetrechos bélicos sob a guarda da unidade judiciária.

Processos com documentos ou bens autelados analisados por amostragem

Processo	Localização	Material Acautelado	Observações
0245122-88.1900.4.02.5101	Armário	CD-R c/arquivo 02451278819004025101-pdf	Regular
0007342-25.2002.4.02.5101	Armário	CE ARE 924194/ARESP 677824/RJ	Regular
0004807-11.2011.4.02.5101	Armário	01 CD - Rol de Anexos - Cópias digitalizadas	Regular
0018422-73.2008.4.02.5101	Armário	Fita cassete contendo gravação da conversa telefônica mantida entre o pai (David) e o menor (Sean), em 2004	Regular
0018422-73.2008.4.02.5101	Armário	Fita cassete contende gravação da conversa telefônica mantida entre o pai (David) e a mãe do menor (Sean), em 2004.	Regular

A Secretaria da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro adota as providências necessárias para resguardar a preservação e pronta localização dos materiais acautelados, cf art. 181, §1º, da CNCR; adota a boa prática de anexar o termo de acautelamento aos documentos e bens que estão sob sua guarda; e, ainda, fixa uma etiqueta com o número do processo e número do acautelamento em todo o material acautelado.



14. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe dos seguintes livros e pastas obrigatórios (art. 128, CNCR), a saber:

I – Todas as Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

(x) livro de ponto dos servidores;

(x) livro de reclamações, sugestões e elogios;

(x) pasta de controle de frequência dos estagiários;

(x) pasta de atas e termos de audiências digitalizados inseridos no sistema de acompanhamento processual;

(x) pasta de registro de impedimentos, suspeições, afastamentos de magistrados atuantes no Juízo e cópia de certidões de remessa de autos ao juízo tabelar;

(x) pasta de registro de remessas de autos e documentos pelos Correios;

(x) pasta de preservação da Memória Institucional (art. 33, Resolução CJF 318/2014);

(x) pasta de registro de documentos, bens e materiais acautelados no juízo ou em local por ele designado;

II - Varas e Juizados Federais com competência criminal:

() pasta de controle de comparecimento periódico em juízo em razão de medida cautelar (art. 319, CPP) ou suspensão condicional do processo ou da pena;

() pasta de remessa de autos à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal;

III - nos juízos em que haja processos, apensos ou anexos físicos ativos, suspensos ou aguardando retorno das instâncias superiores, exclusivamente para registros relativos a esses autos:

(x) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo;

(x) livro de carga ao Ministério Público;

(x) livro de entrega de autos às partes sem traslado

Todos os livros estão regulares, presentes: (i) termos de abertura e encerramento, o último lavrado, datado e subscrito ao término da utilização do livro ou pasta; (ii) indicação resumida de sua finalidade, preferencialmente na lombada; e (iii) folhas numeradas e rubricadas, dispensada a numeração e



rubrica das folhas que compõem as pastas obrigatórias, desde que contenham em seu corpo a data de sua produção e assinatura ou rubrica de magistrado ou servidor.

Não há registros de reclamações.

Registre-se que o livro de reclamações, sugestões e elogios encontra-se visível e acessível ao público externo durante o horário de atendimento.

Ressalte-se, ainda, a existência de outros livros e pastas facultativos para melhor controle e administração da Vara, tais como: Guia de remessa de conciliação, alvarás cancelados e controle de material.



15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro está localizada na Avenida Rio Branco, 243, prédio anexo II, 9º andar, Centro – CEP: 20040-009, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados.



O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível. O corredor do andar onde está localizada a 16ª VF é amplo com cadeiras para o público externo.



A sala da Secretaria da Vara e o espaço destinado ao Setor de Apoio ao Gabinete são amplos e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido, sem divisórias. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal.





Banheiros, limpos e organizados, foram reformados há pouco tempo. Existe uma pequena copa improvisada para refeições, enquanto a cozinha aguarda o término da obra de reforma.



O gabinete do Juiz Federal Titular é amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

A refrigeração em todo prédio é feita através de sistema de ar condicionado central, o que torna a temperatura de todos os ambientes bem agradável; funciona bem e refrigera adequadamente o ambiente. A iluminação ainda não é de LED. Há mistura de iluminação, lâmpadas de luz branca e de luz amarela.

A sala de audiências é funcional, observando-se que o Magistrado titular determinou sua integração à sala de apoio aos gabinetes:



Na infraestrutura lógica da secretaria e do setor de apoio existem 18 computadores e 36 monitores; cada servidor e estagiário dispõe de dois monitores para facilitar o desempenho de suas funções. Há três impressoras multifuncionais laser à disposição, duas da marca Lexmark, uma para a Secretaria e outra para o Setor de Apoio ao Gabinete; e uma Samsung (arrendada). Na secretaria há um scanner marca Fujitsu.

Na sala de audiências há um computador e três monitores. Não há equipamentos para videoconferência.

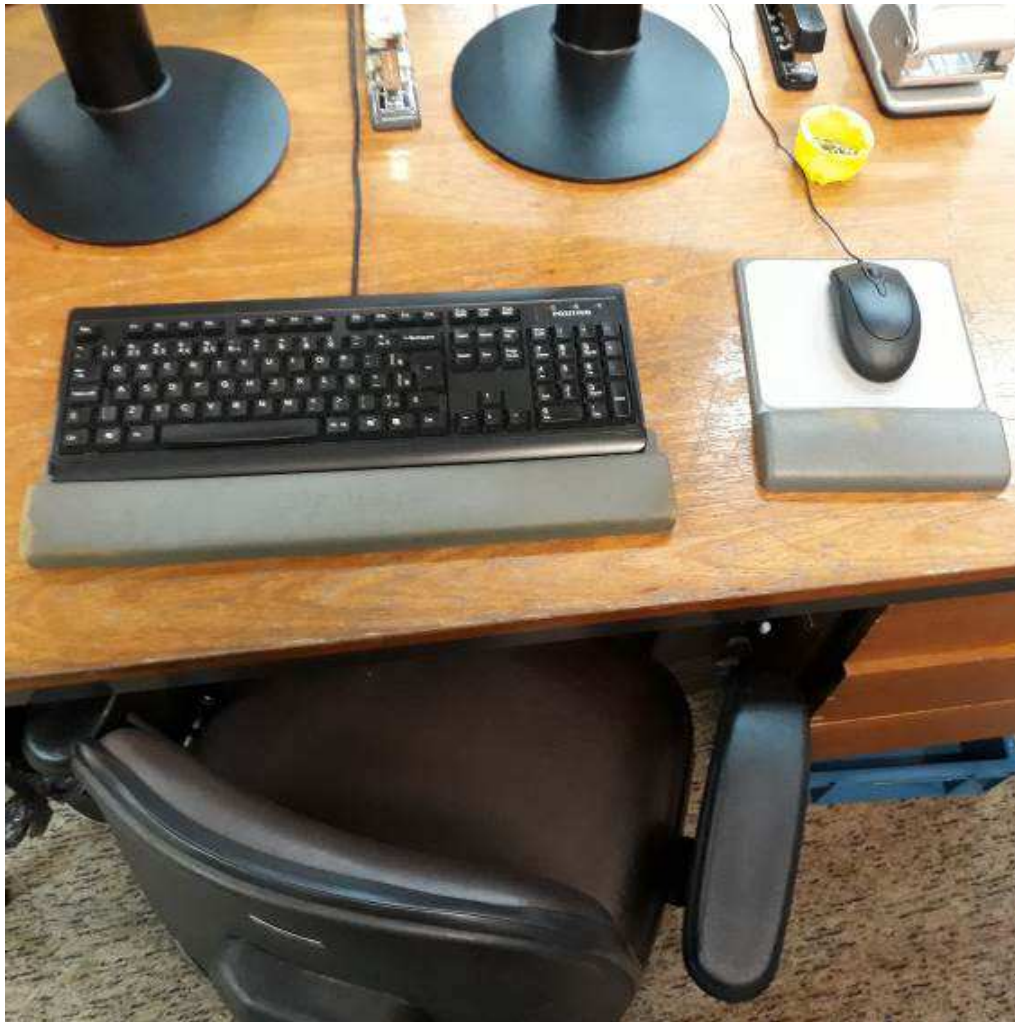
No gabinete do Juiz Titular há um computador, dois monitores e uma impressora multifuncional Lexmark. No gabinete do Juiz Substituto (cargo vago) há um computador e dois monitores.

A rede que alimenta os computadores é estabilizada e a velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria apresentou o seguinte resultado: velocidade de *download* igual a 727.00 Mbps e de *upload* igual a 80.80 Mbps.



Há equipamentos de proteção às doenças ocupacionais (apoio para mãos e pés) à disposição dos magistrados e servidores.

TRF2
Fls 135





16. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

TRF2
Fls 136

16.1. CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA

16.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos versando sobre sequestro internacional de crianças registrados no APOLO.

16.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Não há processos versando sobre entrega de certificado de naturalização registrados no APOLO.



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (nº 2016.02.01.900062-8, SIAPRO), realizada de 25 a 29/07/2016, foi arquivado em 21/11/2016 sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 28/09/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/17943), e atendidas pelo Juízo em 04/10/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/08847).

1. *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.*
2. *Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.*
3. *Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido, observando-se o elevado número de processos nesta situação, nos quais o movimento de remessa não teve a devida baixa/devolução cadastrada no Apolo, como apontado no item respectivo deste relatório;*
4. *Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente.*
5. *Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial.*



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

- 1) Anexação de termo de acautelamento aos documentos e bens que estão sob a guarda da Secretaria, fixando-se etiqueta com os números do processo e do acautelamento em todo o material acautelado, de forma a permitir sua rápida localização quando necessário.
- 2) Organização dos espaços físicos e lay-out da Secretaria, Gabinetes e Sala de Audiências objetivando a funcionalidade e humanização dos espaços físicos, favorecendo a melhoria do clima organizacional.



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) priorizar a prolação de: (i) sentença em 30 ações conclusas há mais de 180 dias úteis (art. 227, I, CNCR/2011); (ii) decisões em 239 feitos conclusos há mais de 60 dias úteis (art. 227, II, CNCR/2011); (iii) despachos em 160 processos tramitando no sistema APOLO conclusos há mais de 30 dias úteis (art. 227, III, CNCR/2011) (item 6.3);
- 2) regularizar o andamento processual dos 10 processos em trâmite no sistema APOLO aguardando movimentação cartorária há mais de 30 dias úteis (art. 228, CNCR/2011), 5 (cinco) deles paralisados entre 90 e 120 dias úteis; e de 39 processos tramitando no sistema EPROC sem movimentação cartorária há mais de 30 dias úteis (art. 57, I, “c”, da CNCR/2018) – item 9.3;
- 3) regularizar 200 petições pendentes de juntada, conforme Painel de Indicadores da Corregedoria, adotando-se as providências previstas no art. 184 da CNCR/2011 (item 9.4);
- 4) exigir das partes e órgãos externos a restituição dos autos fora da Secretaria além dos prazos legais (item 9.5);
- 5) criar rotinas para atender aos prazos de conclusão e movimentação cartorária estabelecidos nos arts. 227 e 228 da CNCR/2011 c/c art. 333 da CNCR/2018, mormente nas ações e situações sujeitas à verificação obrigatória durante as Correições e Inspeções Judiciais (item 10);
- 6) priorizar a decisão nos processos 0156131-38.2017.4.02.5101 e 0017058-95.2010.4.02.5101, conclusos desde 20/08/2018 e 03/05/2018 respectivamente; e esclarecer motivo do não envio dos Precatórios e RPV's cadastrados no processo nº 0116719-37.2016.4.02.5101, em 07/03/2018 (item 12).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, RENAN GIUSTI BARBOSA, VICTOR MANOEL MARTINEZ, CARLOS CÉSAR DE SOUZA DINIZ e CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO ROCHA, revisado por MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, e subscrito por FABIO ALDROVANDO, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário